

**APOSTILA Nº 02 AO TERMO ADITIVO Nº 01 AO
CONTRATO Nº 132/2017-MP/PA.**

**O EXMO. SR. GILBERTO VALENTE MARTINS,
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:**

EXPEDIR a presente apostila ao **1º Termo Aditivo ao Contrato nº 132/2017-MP/PA**, publicado no Diário Oficial do Estado em **28/11/2018**, para reequilíbrio econômico-financeiro dos valores unitários dos itens constantes na Cláusula Quarta do Contrato nº 132/2017-MP/PA, cujo objeto consiste na "contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de recepcionista nas dependências do Ministério Público do Estado do Pará, no município de Monte Alegre – Polo Baixo Amazonas (Lote XII)", firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** e a Empresa **SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA -ME**, para registrar:

I – Retificação no número do Termo Aditivo, conforme a seguir:

Onde se lê:

**"1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 132/2017-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA SERVICELINE
COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME.**

Leia-se:

**"2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 132/2017-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA SERVICELINE
COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME."**

Esta apostila é parte integrante do contrato supramencionado.

Belém-PA, 06 de DEZEMBRO de 2018.


GILBERTO VALENTE MARTINS
Ministério Público do Estado do Pará
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 8725/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, c/c o art. 24 da Lei Federal nº 8.625/1993;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 188/2018-MPPA/1ªPJ/ATM, datado de 23/11/2018, protocolizado sob nº 54437/2018, em 27/11/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça DANIEL BRAGA BONA para atuar em conjunto com a promotora de justiça PALOMA SAKALEM na sessão do tribunal do júri, pautada para o dia 6/12/2018, referente ao processo nº 0000539-67.2012.8.14.0005, de atribuição do 1º cargo das promotorias de justiça de Altamira, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos, sem prejuízo das suas atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 30 de novembro de 2018.

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 8726/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a vacância do cargo da promotoria de justiça de defesa do cidadão e da comunidade de Belém;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de defesa do cidadão e da comunidade de Belém;

R E S O L V E: DESIGNAR o promotor de justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SA para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de defesa do cidadão e da comunidade de Belém, no período de 1º a 31/12/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 30 de novembro de 2018.

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

Protocolo: 391423

PORTARIA Nº 8807/2018-MP/PGJ

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o Contrato nº 086/2010-MP/PA, firmado entre este Órgão Ministerial e a empresa MD CONSTRUTORA LTDA, cujo objeto era a execução das obras de engenharia para a construção do prédio das Promotorias de Justiça de Santarém;

CONSIDERANDO que foi instaurado procedimento de apuração de responsabilidade da Empresa, em virtude de irregularidades na execução do Contrato;

CONSIDERANDO que a conduta da empresa caracterizou o descumprimento das Cláusulas Décima Quarta, item 14.2.22 e Décima Quinta, item 15.1, do Contrato nº 086/2010-MP/PA, e impõe a aplicação da sanção de Advertência, com base na Cláusula Décima Sexta, subitem 16.1.1, do mencionado instrumento contratual, c/c art. 87, I da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO a lesividade e reprovabilidade da conduta da Contratada, somada à consecução do interesse público;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade e da razoabilidade;

RESOLVE:

I – Aplicar, à Empresa MD CONSTRUTORA LTDA, a sanção de ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das Cláusulas Décima Quarta, item 14.2.22 e Décima Quinta, item 15.1, do Contrato nº 086/2010-MP/PA, com fulcro no art. 87, I, da Lei nº 8.666/93, c/c Cláusula Décima Sexta, subitem 16.1.1, do mencionado Contrato.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 04 de dezembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 391385

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018-MP/PA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, por meio da Comissão Especial de Licitação, comunica aos interessados o resultado final da TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018, do Processo Administrativo nº 007/2017 – SGI-TA, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção

audiovisual (vídeos e spots de áudio), com cunho informativo, educacional, e de orientação social, para auxiliar na divulgação de iniciativas do Ministério Público do Estado do Pará em diferentes meios de comunicação;

CLASSIFICAR as propostas financeiras conforme segue: JM COVRE COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI – ME em primeiro lugar, com proposta no valor global de R\$ 139.600,00 Belém, 07 de dezembro de 2018.

a) Presidente

Protocolo: 391711

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 048/2018-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO VIA INTERNET, EDIÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁUDIO E VÍDEO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS – À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa CENA2 PRODUÇÕES DIGITAIS EIRELI com os seguintes valores: CNPJ 13.615.357/0001-26 – CENA2 PRODUÇÕES DIGITAIS EIRELI – VALOR GLOBAL R\$ 311.390,60.

Item 01 – Valor total..... R\$ 311.390,60

Valor Global do Certame R\$ 311.390,60

Belém (PA), 07 de dezembro de 2018.

RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA

Pregoeiro

Protocolo: 391563

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 056/2018-MP/PA, empreitada por preço global, no tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de Preços para Aquisição de Café, para atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Pará.

À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa com o seguinte valor:

CNPJ 18.988.961/0001-11- M.S. DA LUZ COM. F.SERV

Item 01 Valor Unitário R\$ 4,95 – Valor global R\$ 59.400,00;

Valor total Global do certame R\$ 59.400,00.

Belém (PA), 07 de dezembro de 2018.

Andréa Mara Cicco

Pregoeira

Protocolo: 391620

APOSTILAMENTO**EXTRATO DE APOSTILAMENTO****NÚM. DO CONTRATO: 136/2017-MP/PA.**

Núm. do Apostilamento: 2.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME.

Data de Assinatura: 06/12/2018.

Justificativa: Retificação do número do Termo Aditivo ao Contrato nº 136/2017-MP/PA, publicado no Diário Oficial do Estado em 28/11/2018, sob o protocolo nº 387044.

Onde se lê:

“1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 136/2017-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME.

Leia-se:

“2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 136/2017-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME.”

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 391397

EXTRATO DE APOSTILAMENTO**NÚM. DO CONTRATO: 132/2017-MP/PA.**

Núm. do Apostilamento: 2.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME.

Data de Assinatura: 06/12/2018.

Justificativa: Retificação do número do Termo Aditivo ao Contrato nº 132/2017-MP/PA, publicado no Diário Oficial do Estado em 28/11/2018, sob o protocolo nº 387045.

Onde se lê:

“1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 132/2017-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME.

Leia-se:

“2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 132/2017-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME.”

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 391405

DIÁRIA**PORTARIA Nº 4088/2018-MP/PGJ**

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 110452/2018 conforme abaixo relacionado:

NOME: JULIANA NUNES FELIX

CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Porto de Moz

MATRÍCULA: 999.2459

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Porto de Moz – PA

DESTINO(S): Belém/PA, Altamira/PA

PERÍODO(S): 08/06/2018 – 12/06/2018

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diária(s)

FINALIDADE: Seminário - curso ELEICOES 2018

Belém, 11 de Junho de 2018.

Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA Nº 4835/2018-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 112128/2018 conforme abaixo relacionado:

NOME: JANE CLEIDE SILVA SOUZA

CARGO/FUNÇÃO: 12º Promotor de Justiça de Marabá

MATRÍCULA: 999.1332

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Marabá – PA

DESTINO(S): Dom Eliseu/PA

PERÍODO(S): 14/08/2018 – 15/08/2018

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diária(s)

FINALIDADE: Levantamento de informações - realização de visita ao Projeto de Assentamento Nova Esperança

Belém, 05 de Julho de 2018.

Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA Nº 6721/2018-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 115393/2018 conforme abaixo relacionado:

NOME: LUCIRENE MAIA DA SILVA

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO – AUD-B-I

MATRÍCULA: 999.336

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994

ORIGEM: Santarém – PA

DESTINO(S): Pralhinha/PA

PERÍODO(S): 16/09/2018 – 21/09/2018

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diária(s)

FINALIDADE: Substituição Legal

Belém, 06 de Setembro de 2018.

Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA Nº 6942/2018-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 117849/2018 conforme abaixo relacionado:

NOME: JOSE AREMILTON ALVES DE OLIVEIRA

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO – PSICOLOGO – ATC-B-II

MATRÍCULA: 999.912

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994

ORIGEM: Capanema – PA

DESTINO(S): Capitão Poço/PA

PERÍODO(S): 14/09/2018 – 14/09/2018, 21/09/2018 – 21/09/2018, 28/09/2018 – 28/09/2018

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diária(s)

FINALIDADE: Elaboração de relatório psicossocial - avaliação psicológica em crianças e adolescentes em situação de violação de direitos

Belém, 14 de Setembro de 2018.

Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

Protocolo: 391688

NORMA**RESOLUÇÃO Nº 018/2018-CPJ, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a revisão do subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 1º e 2º a Lei Estadual nº 7.362, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a revisão do subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.752, de 26 de novembro de 2018, e na Lei nº 13.753, de 26 de novembro de 2018, que reajustaram, respectivamente, os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República, a partir de 27 de novembro de 2018, data da publicação das referidas Leis no Diário Oficial da União (DOU);

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 7.362, de 2009, determina que o subsídio dos Procuradores de Justiça corresponderá a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal e